REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
**Vice – Presidência do Governo**
**Emprego e Competitividade Empresarial**
**Gabinete do Vice-Presidente**

**Email: arquivo@alra.pt**

Exmo. Senhor
Chefe de Gabinete de S. Exa a
Presidente da Assembleia
Legislativa da R.A.A.
Rua Marcelino Lima
9901-858 HORTA

| Sua referência | Sua Comunicação | Nossa referência | Nº Processo | Ponta Delgada |
|---|---|---|---|---|
| | | Sai-VPG/2013/684/F | 106-24/01 | 09-07-2013 |

**ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 100/X – PONTO DE SITUAÇÃO DE CONTINGENTE MILITAR NORTE-AMERICANO NA BASE DAS LAJES – ILHA TERCEIRA**

Em resposta ao requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados Berto Messias, Cláudia Cardoso, Domingos Cunha, António Toste, Francisco Coelho, Paulo Borges e José Carlos San-Bento do Partido Socialista, encarrega-me S. Exa. o Vice-Presidente do Governo Regional de informar relativamente às questões colocadas o seguinte:

1. O Governo dos Açores tem acompanhado as ações do Governo da República, e em particular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre as diligências efetuadas junto do Governo dos EUA, nomeadamente dos Departamentos da Defesa e de Estado. Todavia, o Governo dos Açores mantém, também, nesta matéria uma ação própria, quer no campo dos contactos político-institucionais, quer no contexto das delegações nacionais designadas para o efeito, quer ainda na preparação ativa das posições regionais e nacionais a expressar às autoridades dos EUA, enquanto forma de melhor traduzir e prosseguir os objetivos regionais e a defesa dos interesses dos Açores.

2. O Governo dos Açores recebeu, em momento próprio, do Governo da República o relatório produzido pelos membros da missão da *Business Executives for National Security* (BENS) que visitaram a ilha Terceira, entre os dias 2 e 5 de fevereiro de 2013. Todavia, apesar das sugestões formuladas pelo grupo, o Governo dos Açores não deixou de manifestar junto das autoridades nacionais e dos EUA que o relatório não correspondeu às expectativas depositadas naquela visita, uma vez que poucas foram as áreas em que, para além das sugestões genéricas formuladas, se materializaram já

hipóteses concretas de investimento por parte do grupo ou de outros investidores dos EUA.
Por outro lado, foi também expresso o entendimento de que a responsabilidade direta do Governo dos EUA na reestruturação prevista para as Lajes exige um esforço contínuo de procura de soluções que não se esgota na visita da BENS e que não passa exclusivamente por outros grupos ou entidades fora do âmbito governamental dos EUA. Antes, deve determinar também a ação própria do Governo norte-americano na propositura de soluções que minimizem ou mitiguem previsíveis impactos socioeconómicos.

3. A articulação e contacto permanente entre o Governo dos Açores e a Comissão Representativa dos Trabalhadores Portugueses na Base das Lajes tem sido fundamental para a definição das posições açorianas que têm vindo a ser transmitidas ao Governo da República e às autoridades dos EUA, no que diz respeito às prioridades laborais quanto à forma como a reestruturação deve ser conduzida e à proteção que deve ser garantida aos trabalhadores, suas famílias e rendimentos através do recurso aos regimes de proteção social mais favoráveis em vigor no quadro da legislação portuguesa.

4. Tem sido preocupação permanente do Governo dos Açores a transmissão ao Governo da República de posições que, no âmbito da reestruturação da presença militar e civil dos EUA na Base das Lajes, revelem um reconhecimento expresso da dimensão significativa do impacto económico e social que essa mesma reestruturação causará aos trabalhadores, suas famílias, à economia da ilha Terceira e da Região. A essa preocupação deve, ainda, o Governo da República, à semelhança do que tem sido desenvolvido pelo Governo Regional, juntar, de forma mais proativa, uma procura de outras soluções que permitam gerar investimento público ou privado na Base das Lajes e suas infraestruturas circundantes ou diretamente na economia da ilha por forma a absorver a perda de postos de trabalho e os impactos económicos – soluções essas que, se fossem procuradas em tempo oportuno, como sempre sugeriu o Governo dos Açores, e sem os condicionalismos do momento atual, teriam permitido evitar, em parte ou no todo, os efeitos que se avizinham, como é possível comprovar pela valorização estratégica de outras bases na Península Ibérica com presença de forças militares dos EUA.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

Luís Manuel Pereira dos Santos Borrego

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
*ARQUIVO*
Entrada 2333 Proc. n.º 54.02.03
Data: 03/07/09 N.º 2/X

JR/FM